

# O Exército e a Imprensa

Major Miguel Silva Machado, Exército de Portugal, e  
Tenente Sónia Carvalho, Exército de Portugal

Transcrito da revista *Jornal do Exército*, de janeiro de 2000

**C**OMO É QUE se relacionam militares e jornalistas em Portugal e nas operações de apoio à paz no exterior, quer em situações de rotina, quer em situações de crise?

Será o Exército uma instituição aberta à comunicação social, neste caso à imprensa?

Até que ponto as notícias transmitidas pelos profissionais da imprensa são fiéis às informações facultadas pela fonte — Exército?

A importância e pertinência do tema reside no facto de permitir identificar os principais problemas que poderão condicionar a relação entre militares e jornalistas e, assim, tentar de alguma forma ultrapassá-los.

## Questões Metodológicas

Para atingir os propósitos do presente trabalho, foram adoptadas quatro técnicas de pesquisa de dados:

- Pesquisa bibliográfica
- Observação participante
- 2 tipos de questionário
- Testemunhas orais

As opiniões dos militares (oficiais) que habitualmente contactam ou já contactaram com os profissionais da imprensa, e dos jornalistas especializados em assuntos militares em Portugal é fundamental. Assim foram aplicados dois tipos de questionário: um para os jornalistas e outro para os militares.

O facto de os jornalistas especializados em assuntos militares em Portugal serem poucos, limitou muito o tamanho da amostra. Este facto fez com que (propositadamente) se limitasse o número de militares a inquirir, para haver uma maior proporcionalidade.

Foram construídas perguntas abertas, de modo a dar mais liberdade de resposta aos inquiridos.

Dada a natureza da investigação e porque se fala deles, pensou-se ser pertinente aplicar o questionário elaborado, especificamente, para os jornalistas a um ex-assessor de imprensa do Presidente da República (actualmente a desempenhar funções de jornalista), e a um ex-assessor de imprensa do ministro da Defesa Nacional (actualmente a desempenhar funções de jornalista).

*Será o Exército uma instituição aberta à comunicação social, neste caso à imprensa?*

## A Liberdade de Expressão dos Militares

A liberdade de expressão e informação está definida na Constituição da República Portuguesa<sup>1</sup> bem assim como as suas restrições,<sup>2</sup> nomeadamente para os militares dos quadros permanentes, embora em termos gerais não particularizando situações.

A Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas<sup>3</sup> define as restrições ao exercício do direito de expressão.

*Essas restrições assumem o carácter de proibição absoluta quando se trata de fazer declarações públicas de carácter político ou quando se trata de fazer declarações públicas de qualquer tipo que ponham em risco a coesão e a disciplina das Forças Armadas ou que desrespeitem o dever de isenção política e apatidarismo dos militares.*

*Quando se trata de fazer declarações públicas que abordem assuntos respeitantes às Forças Armadas as restrições assumem o carácter de proibição relativa dado que, para poderem ter lugar, necessitam de autorização superior:*

*(...) contém, todavia uma autorização permanente*

*aos elementos que fazem parte das direcções ou redacções de publicações editadas pelas Forças Armadas para fazerem declarações deste tipo desde que se circunscrevem a assuntos de natureza técnica e que os artigos respectivos sejam dados à estampa nessas publicações.*

*Tendo apenas como ponto de referência a exequibilidade das restrições determinadas para a publicação de artigos de carácter técnico em revistas editadas pelas Forças Armadas, por parte de qualquer*



Tomar, Out 1999: O MDN, Dr. Jaime Gama, visita acompanhado de jornalistas os exercícios de preparação do 1º BIPara (ainda sem a companhia de fuzileiros), comandado pelo tenente-coronel Cordeiro Simões, que em Fevereiro 2000 seguiria para o Timor-Leste.

*militar, afigura-se-nos que as mesmas, a serem integralmente respeitadas determinarão um empobrecimento notável daquelas publicações.<sup>4</sup>*

Em conformidade com estas restrições legais o Estatuto dos Militares das Forças Armadas<sup>5</sup> determina no seu artigo 18º que estas (e outras) violações aos deveres militares são punidos nos termos previstos no Regulamento e Disciplina Militar e no Código de Justiça Militar.

## **Secção de Informação, Protocolo e Relações Públicas**

No contexto de reorganização do exército, o Decreto Regulamentar nº 42/94 de 02 de Setembro de 1994 estabeleceu as atribuições e competências do gabinete do CEME (GabCEME).

Assim, o artigo 1º — Natureza e competências — refere:

“1. O GabCEME é o órgão de apoio directo e pessoal ao CEME

2. Ao GabCEME incumbe em especial:

e) Centralizar as actividades de informação interna e de informação e relações públicas;

f) Estabelecer as normas de protocolo do Exército”;

O artigo 2º do mesmo diploma legal — Estrutura — refere:

“1. O GabCEME compreende:

d) A Secção de Informação, Protocolo e Relações Públicas, à qual incumbe exercer as competências referidas nas alíneas e) e f) do artigo anterior”.

Esta Secção está organizada do seguinte modo:

— **Subsecção de Informação Pública**, responsável por estabelecer e desenvolver a ligação com os OCS. Dada a sua natureza, esta área tem grande intervenção do chefe da SIPRP.

— **Subsecção de Informação Interna**, com a missão de apoiar a cadeia de comando na comunicação interna da instituição sobre assuntos e actividades de interesse militar. É responsável por elaborar diariamente a revista de imprensa que constitui o resumo das notícias mais importantes publicadas no jornais de nível nacional, sendo difundida no EME e a todos os comandos funcionais e territoriais, estabelecimentos militares de ensino, às grandes unidades e ainda às forças em operações no exterior do território nacional. Este ano a revista de imprensa passou a ser enviada via e-mail para os destinatários no

estrangeiro. É ainda prestada colaboração ao Jornal do Exército na elaboração de notícias sobre as actividades e directivas do comando do Exército;

— **Subsecção de Protocolo e Relações Públicas**, responsável por organizar todas as cerimónias e eventos do comando do Exército a nível nacional. Na área das relações públicas apoia todas as actividades que prestigiem o Exército junto da sociedade civil, a nível nacional, nomeadamente em exposições, feiras, actividades cinematográficas, teatrais e desportivas.

Parte das actividades de marketing (elaboração de folhetos e cartazes) com finalidade de promoção da imagem do Exército (em Portugal e no estrangeiro) e de recrutamento, são aqui concebidos, contando-se por vezes com colaboração de firmas especializadas.

Nos últimos três anos esta área das relações públicas também têm coordenado a execução e publicação de

vários livros<sup>6</sup>, destinados não só a constituírem oferta protocolar do General CEME, como a venda ao público.

## O Exército e a Imprensa

Não havendo dúvidas que vivemos num regime democrático onde a liberdade de informação é um dado adquirido, determinadas entidades (públicas ou privadas), por motivos vários, definem regras tendentes a regulamentar as suas relações com os OCS (Órgãos de Comunicação Social).

Acresce que a instituição militar, pela sua natureza e finalidade primária — a defesa militar do país — lida com assuntos e dispõe de determinados tipos de equipamentos, os quais, mesmo nas democracias ocidentais como a nossa, carecem de um tratamento cuidado. A não sobrevivência de determinadas regras causa, invariavelmente, grande perturbação, quer ao nível interno das Forças Armadas, quer do governo, quer ainda da opinião pública em geral.

Como já vimos a ligação entre a imprensa e a instituição Exército é feita através da SIPRP, quer por iniciativa do jornalista, quer do Exército. Assim quando um jornalista pretende saber a posição oficial do Exército sobre um determinado assunto, visitar um

quartel ou entrevistar um militar, terá sempre que iniciar esse “processo” por um contacto com aquela secção.

Na maior parte das vezes esse contacto terá que ser feito por escrito, embora em alguns casos considerados simples ou se o pedido for feito por um jornalista dos que trabalham sistematicamente os assuntos militares, um telefonema pode ser o suficiente.

Após saber qual a solicitação do jornalista o chefe da SIPRP coloca o assunto superiormente, ou seja, ao major-general, chefe do gabinete do CEME. Este oficial general decide, dada a natureza do pedido, se deve colocar o assunto ao general CEME<sup>8</sup>, se envia para o comando funcional, territorial ou operacional, que superintende a área em questão<sup>9</sup> ou, se decide ele próprio qual a resposta final a dar, ou ainda se o assunto transcende o âmbito do ramo e deve ser colocado pelo jornalista ao Estado-

Maior-General das Forças Armadas (EMGFA) ou ao Ministério da Defesa Nacional (MDN).

Muitas vezes é o próprio chefe da SIPRP, em princípio um oficial com experiência nas relações com a imprensa, que sugere a resposta a dar ou pelo menos uma abordagem ao assunto, sem naturalmente prejudicar o Exército e tentando ir ao encontro das necessidades do jornalista.

Em casos considerados sensíveis o assessor jurídico do gabinete do CEME é chamado a emitir a sua opinião sobre a resposta a dar ou mesmo encarregado de elaborar a “componente jurídica” desta resposta.

Actualmente, na esmagadora maioria dos casos, as respostas são dadas através do telefone pelo chefe da SIPRP (ou um dos adjuntos), ou então o jornalista desloca-se ao EME para falar com o general CEME. Se o assunto exige, a resposta é escrita e assinada pelo chefe da SIPRP.

O chefe do gabinete do general CEME, embora tenha um papel bastante importante na resposta a dar, ele próprio, nunca o faz. Quer verbalmente, quer por escrito, os contactos com a imprensa são sempre efectuados pelo general CEME ou pelo chefe da SIPRP.

Se a solicitação do jornalista envolve a visita a uma unidade, é quase sempre feito um contacto

escrito prévio e, regra geral, um oficial da SIPRP acompanha o jornalista nessa deslocação. Nestes casos os militares da unidade são os responsáveis pelas declarações que prestarem, cabendo ao oficial da SIPRP enquadrar essa situação na política geral do Exército para esse assunto.

Isto acontece sobretudo naquelas unidades que não dispõem de pessoal habilitado, ou pelo menos treinado, na área da informação pública, funcionando a presença do oficial da SIPRP como um “travão” a declarações pouco abonatórias para a imagem do Exército que por vezes os militares fazem aos jornalistas.

Embora, pontualmente, a presença do oficial da SIPRP possa não ser vista com agrado, pois há quem a entenda como atestado de incompetência, regra geral, são as unidades que pedem essa presença por se sentirem pouco à

*Não havendo dúvidas que vivemos num regime democrático onde a liberdade de informação é um dado adquirido, determinadas entidades (públicas ou privadas), por motivos vários, definem regras tendentes a regulamentar as suas relações com os OCS (Órgãos de Comunicação Social). . . . a instituição militar, pela sua natureza e finalidade primária — a defesa militar do país — lida com assuntos e dispõe de determinados tipos de equipamentos, os quais, mesmo nas democracias ocidentais como a nossa, carecem de um tratamento cuidado. A não sobrevivência de determinadas regras causa, invariavelmente, grande perturbação, quer ao nível interno das Forças Armadas, quer do governo, quer ainda da opinião pública em geral.*

vontade com os representantes da comunicação social.

O grande número de oficiais que têm cumprido missões no estrangeiro e nessas ocasiões tomado contacto com jornalistas, tem contribuído para haver, nomeadamente nas brigadas — Brigada Aerotransportada Independente (BAI); Brigada Ligeira de Intervenção (BLI) e Brigada Mecanizada Independente (BMI) — pessoas com alguma experiência nesta área, facilitando o trabalho da SIPRP.

Quando se trata de um assunto que é do interesse do Exército falar dele aos jornalistas, o modo mais usual é o do “Comunicado aos Órgãos de Comunicação Social”, mas também é freqüentemente utilizado o telefonema para os jornalistas que tratam assuntos de Defesa a informar sobre este ou aquele facto e/ou convidar para assistir a uma qualquer actividade.

Os press release são elaborados pela SIPRP, colocados à consideração do chefe do gabinete o qual decide se o texto deve ser visto pelo general CEME ou se pode ser enviado de imediato aos Órgãos de Comunicação Social.

Naturalmente que o general CEME define ao major-general, chefe de gabinete, quais os assuntos que este pode decidir e os que deverão ser presen-

tes. Tudo isto depende muito da personalidade de ambos e a importância que cada um dos generais chefes de estado-maior atribuem ao relacionamento com a comunicação social.

À margem de todos estes procedimentos oficiais, os jornalistas também obtêm informações, notícias e mesmo declarações, sem a SIPRP ter conhecimento. E isto acontece com origem em militares de todas as patentes.

O facto de haver contactos com a comunicação social sem a SIPRP saber, não significa que sejam sempre assuntos negativos. Parte das vezes até se trata exactamente do contrário. Algumas unidades ou pessoas do Exército contactam com jornalistas conhecidos e passam-lhes informações sobre as suas actividades, no sentido de “se falar” da sua unidade ou mesmo da “sua pessoa”.

Quando os jornalistas que tratam assuntos militares são abordados por militares, quer anonimamente, quer de viva voz, para lhes relatarem situações que consideram injustas, essas situações são freqüentemente colocadas à SIPRP pelos jornalistas para obter a posição do Exército sobre o assunto. Mas, nem sempre, também ocorrem situações em que os jornalistas consideram as “denúncias” como correctas, publicam-nas e só depois o Exército tem oportunidade de se pronunciar.<sup>10</sup>

A hierarquia do Exército, nos últimos anos, não tem

actuado disciplinarmente contra esses militares nem tão pouco tem mandado averiguar de que se tratam. E isto mesmo nos casos em que essas “fugas de informação” dão origem a violentos ataques ao Exército ou ao seu chefe.

Também tem acontecido, embora pontualmente, os jornalistas confrontarem a SIPRP com informações obtidas por canais paralelos — geralmente casos aparentemente “bombásticos” — e a secção lhes fornecer a informação correcta, desistindo os jornalistas de publicar a notícia obtida por fontes paralelas.

Numa instituição fortemente hierarquizada como é o Exército, por vezes, a informação interna não circula como deveria. O chefe da SIPRP, trabalhando fisicamente, num gabinete afastado do general CEME, tem dificultado em saber com rapidez a “opinião” do chefe da instituição e é confrontado com perguntas de jornalistas sobre assuntos que nunca ouviu falar.

**Relações dos militares com os jornalistas (interpretação das respostas a questionários).** Este capítulo tem como base um questionário aplicado a militares que habitualmente contactam ou já contactaram com jornalistas, no âmbito das suas funções, e um questionário aplicado a pro-

fissionais de imprensa especializados em assuntos de Defesa em Portugal.

## O que Pensam os Jornalistas

**Caracterização das notícias solicitadas pelos jornalistas.** Numa primeira análise poderemos dizer que é vasto o tipo de informação solicitada pelos profissionais da imprensa. Aprofundando a análise, verificamos que as missões de paz dos militares portugueses no exterior são um tema que muito interessa aos jornalistas.

As questões ligadas ao armamento e equipamento — que geralmente envolvem grandes verbas — são outros temas preferidos destes profissionais, assim como os assuntos ligados ao efectivo e ao regime de voluntariado.

**Outras referidas:** estatísticas; legislação, decisões do CEME; problemas de carreira; exercícios; cooperação técnico-militar.

**Frequência e utilidade das respostas solicitadas.** Do total de inquiridos apenas um disse não obter respostas necessárias às suas questões, de há uns anos a esta parte. Os outros referem obter sempre as informações que solicitam. Estas quase sempre correspondem às suas necessidades.

Os jornalistas têm presente que devido à natureza da

*Aprofundando a análise, verificamos que as missões de paz dos militares portugueses no exterior são um tema que muito interessa aos jornalistas.*

própria instituição, o Exército trata e funciona como assuntos de grande sensibilidade e como tal sabem que certas notícias não são facilmente transmitidas.

**Divulgação de notícias por iniciativa do Exército — meios utilizados.** Relativamente à questão de saber se a instituição toma a iniciativa de difundir informações para a imprensa, a opinião seria unânime não fosse um inquirido a responder negativamente.

Quanto aos meios utilizados para emitir notícias o Exército utiliza: 1º fax; 2º telefone; 3º pessoalmente.

Um dos inquiridos critica o facto de a instituição não usar e-mail, e outro critica o facto de os comunicados não serem personalizados.

**Conteúdo da informação transmitida e contactos com fontes paralelas.** Apesar de seis dos oitos jornalistas partilharem da opinião de que a instituição fornece informações verdadeiras, não os impede de recorrer a fontes paralelas.

Os outros dois responderam que a instituição contorna a realidade, mas a informação não é necessariamente deturpada.

O recurso a fontes paralelas é uma realidade entre estes profissionais, não tanto para confrontar opiniões e dados, mas para obter mais informação.

Participação de jornalistas em exercícios militares em Portugal e nas operações de apoio à paz no exterior.

No que se refere aos exercícios militares em Portugal, apenas uma jornalista ainda não acompanhou estas acções, apesar dos inúmeros convites (como refere).

Quanto às reportagens em operações de paz no exterior, cinco já o fizeram. Os restantes não explicam o facto de não o terem feito.

A pergunta que pretende indagar se no exterior há maior ou menor dificuldade em obter informações, tem respostas muito variadas.

Um dos inquiridos salientou que a in experiência dos militares e dos jornalistas envolvidos na 1ª missão na Bósnia, resultou numa relação algo desastrosa entre estes dois grupos.

Outro dos inquiridos refere que é mais fácil trabalhar no exterior, devido à sensação de maior proximidade num território que não nos pertence.

Um terceiro, não vê diferenças entre obter informações em território nacional e no exterior.

Com esta disparidade de respostas não se conseguiu chegar a nenhuma conclusão geral.

**Evolução do relacionamento entre a instituição e a imprensa.** Muito sucintamente, poderemos dizer que me-

diante a análise das respostas, o Exército esforça-se e é cada vez mais uma instituição aberta à comunicação. No entanto ainda tem um longo caminho a percorrer.

Apenas um jornalista (o mesmo que diz não obter res-



Foto: Miguel Machado

**Rogatica. Fev 1996: O primeiro grande grupo de jornalistas portugueses a chegar à Bósnia, acompanhado por um oficial da SIPRP (o então major Villa de Brito, à direita na foto), entrevistam o major Dias Martins. 2º Cmdt. do 2º BIAT no PC do batalhão em Rogatica.**

postas às suas perguntas) caracteriza o Exército como uma instituição cada vez mais fechada.

### O que Pensam os Militares

Evolução do relacionamento entre a instituição e jornalistas no que concerne à divulgação de informação.

É unânime a opinião de que tem havido uma mudança positiva quanto à divulgação de informação por parte do Exército. Este de há uns anos a esta parte optou por uma política de informação pública activa. Um dos inquiridos afirma que essa evolução é fraca.

São várias as razões apontadas para justificar esta mudança, de modo que se aconselha a leitura de várias respostas.

**Caracterização da informação solicitada pelos jornalistas e sua divulgação.** Numa primeira análise podemos dizer que é vasto o tipo de informação que os jornalistas solicitam aos militares. No entanto, é notório que os jornalistas se interessam principalmente por notícias com componente negativa com por exemplo: acidentes.

As missões de paz figuram, também nas suas preferências, assim como as questões ligadas ao equipamento e ao pessoal como recenseamento, incorporação, efectivos e voluntariado.

**Outras: exercícios multinacionais; questões salariais e associativas.** No exterior, ou seja nas missões de apoio à paz, os oficiais de informação pública são confrontados com questões relacionadas com a acção humanitária e sanitária dos militares envolvidos nas operações e também como questões de carácter particular dos mesmos.

**Outras referidas: acidentes e incidentes; cerimónias militares e efectivo em missão.** Seis do total dos inquiridos referem que é fornecida toda a informação disponível acerca do assunto abordado pelos jornalistas, excepto a classificada ou a que envolve situações melindrosas, como por exemplo a identificação de intervenientes num acidente, antes de os familiares saberem.

Saliente-se o facto de dois destes referirem o facto de que se o jornalista for conhecido e especializado em assuntos militares, a informação é-lhe fornecida com mais detalhes.

**Autorização superior.** Certas informações carecem de autorização superior para serem divulgadas. É o caso das matérias classificadas ou consideradas polémicas.

**Divulgação de notícias por iniciativa da instituição.** Podemos afirmar que o Exército pratica uma política activa na sua relação com os jornalistas, fornecendo-lhes não só informações solicitadas como não solicitadas. Estas, segundo os testemunhos de três dos inquiridos só são publicadas pelos profissionais da imprensa se forem do seu interesse.

Cinco dos militares afirmam que as notícias divulgadas por iniciativa da instituição são facilmente divulgadas. Saliente-se o facto de um destes dizer que aquando das suas funções como porta-voz do Exército, contactava com os jornalistas para lhes transmitir informações do interesse da instituição.

**Veracidade da informação publicada.** Uma notícia é fielmente transmitida — de acordo com os dados fornecidos pela fonte — se o jornalista for especializado na matéria. Está é a opinião que mais se destaca nas respostas dos familiares.

No entanto, o facto de um jornalista mais generalista não publicar a informação tal como lhe foi transmitida não significa que o faça com intenção, mas sim por falta de conhecimentos da matéria.

**Imagem que a imprensa transmite sobre a instituição.** Os militares inquiridos afirmam que o contacto entre militares e jornalistas é benéfico para a imagem do Exército. Opinião unânime é também a de que os jornalistas transmitem uma imagem positiva da instituição. Um deles afirma mesmo que é "...bem melhor que a realidade".

Porém, são peremptórios em dizer que haveria muito mais a transmitir à opinião pública sobre as missões no exterior. Apenas um diz o contrário.

O contacto entre militares e jornalistas é benéfico para o Exército. No entanto, alguns afirmam que nesta relação não se deve misturar amizade com trabalho.

Há quem refira que o contacto com a imprensa deve ser feito por militares habilitados para tal, ou seja pelos oficiais de informação pública, para evitar *mal entendidos*.

## Conclusão

As relações do Exército com a imprensa, tanto em Portugal como no estrangeiro, assumem maior dificuldade em momentos de crise.

Estando os serviços que lidam com os OCS estruturados e guarnecidos com pessoal para situações de rotina, quando são confrontados com uma crise nem sempre têm capacidade de resposta adequada às necessidades dos jornalistas, quer em meios técnicos, quer em pessoal treinado, quer mesmo na obtenção de decisões superiores em tempo oportuno.

Fruto do enquadramento legal e natureza da sua actividade, o Exército dispõe de um serviço próprio (a SIPRP) para as relações com o OCS, o qual tem uma dependência (quase) directa do chefe máximo deste ramo das Forças Armadas.

Por princípio a SIPRP tem uma postura aberta às questões dos jornalistas e toma mesmo, muitas vezes a iniciativa de contactar.

Nas respostas a questões potencialmente polémicas ou negativas para o Exército, não raras vezes a SIPRP tem alguma dificuldade em conseguir, com oportunidade, informar os jornalistas, originada muitas vezes em falas da comunicação interna.

Apesar de certo tipo de informações não poderem ser divulgadas, devido à própria natureza da instituição, é opinião quase unânime de jornalistas e militares de que há uma maior facilidade de obtenção de esclarecimentos junto deste serviço.

Enquadrados em estruturas OTAN ou ONU, as forças do Exército, empenhadas em missões de apoio à paz, tiveram uma "dura aprendizagem" na Bósnia em 1996, fruto de falta de planeamento adequado e instrução da sua parte, e do enorme interesse que a missão despertou nos OCS nacionais, não estando também alguns jornalistas isentos de culpas neste processo.

Esta primeira missão, depois dos problemas iniciais, contribuiu para uma maior abertura da organização aos

OCS e levou a introdução de algumas melhorias na formação das tropas que partem em missão, através de acções de sensibilização e esclarecimento por parte da SIPRP.

No entanto, os acontecimentos de Agosto de 2000, em Timor-Leste, provaram que estas acções não são suficientes e as tropas em operações naquele território, sujeitas à pressão de muitos jornalistas, na zona de actuação, voltaram a cometer erros.

A falta de coordenação superior leva a fricções entre os ramos das Forças Armadas, cada um “de per si” empenhados em trabalhar a sua própria imagem.

**Será que o Exército é hoje uma instituição aberta à imprensa?** Tendo em consideração as limitações legais, quer à instituição Exército, quer aos militares a título individual, o Exército é, hoje, de facto uma instituição aberta à comunicação social, embora apresente evidentes limitações quando se trata de abordar aspectos considerados negativos para a imagem da instituição.

Os jornalistas, conhecendo estas limitações e sujeitos a cada vez maior pressão da concorrência e exigências da opinião pública, recorrem muitas vezes a fontes paralelas para conseguirem complementar, o mais possível, o seu trabalho.

Em Portugal há um reduzido número de jornalistas verdadeiramente “especialistas” em assuntos militares,

os quais têm conhecimento e abordam com alguma frequência e com rigor a realidade do Exército através de



Foto: Cabo Grania

**Lisboa, Ago 1999: O tenente-coronel Antunes Calçada, cmdt do Agrupamento Bravo da BAI, à sua partida para Kosovo, fala aos OCS. As partidas de unidades para o exterior são quase sempre notícia.**

informações recebidas, quer da SIPRP, quer de outras fontes, militares e civis.

Os jornalistas que as redacções, “por escala”, mandam cobrir assuntos militares, produzem, não raras vezes, notícias pouco claras e com erros, independentemente se serem ou não positivas para a instituição. **MR**

## REFERÊNCIAS

1. Ver artigo 37º da Constituição da República Portuguesa.
2. Ver artigo 270º da Constituição da República Portuguesa.
3. Ver artigo nº 31 da Lei nº 29/82 de 11 de Dezembro
4. Silva Viegas, Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, *Instituto de Altos Estudos Militares*, Lisboa, 1998, p.68.
5. Decreto-Lei nº 236/99 de 25 de Junho.
6. Bósnia 96; Imagens da I Guerra Mundial; Soldados — Soldiers; Património do Exército — The Army's Heritage.
7. Ver a título de exemplo, entre muitos outros possíveis, a polémica levantada pela divulgação da listagem dos agentes do SIEDM pelo jornal *O Independente* em 28 de Maio de 1999 pela jornalista Paula Serra e Paula Simões e as suas consequências (demissão do ministro), ou a divulgação pelo Jornal de Notícias em 26 de Fevereiro de 1998 pelo jornalista Fernando Lima da correspondência enviada pelo Almirante Fuzeta da Ponte

ao Presidente da República, que originou o seu afastamento do cargo (CEMGFA).

8. Muitas vezes o jornalista quer mesmo a opinião do CEME sobre um determinado assunto.

9. Por exemplo, se a questão é sobre um exercício da Brigada Aerotransportada o assunto é colocado à consideração do comandante dessa unidade para ele responder ou indicar quem responda.

10. O caso mais recente aconteceu no *Diário de Notícias* em que o jornalista Eduardo Mascarenhas teve acesso a documentação interna do Exército, obteve declarações de militares “anónimos”, não contactou a SIPRP e publicou várias notícias sobre a aquisição de viaturas HMMVV (DN de 3 de Novembro de 2000; DN de 22 de Agosto de 2000; DN de 24 de Agosto de 2000 e DN de 1 de Setembro de 2000). Este caso originou uma das poucas situações em que o Chefe do Estado-Maior do Exército, através da SIPRP, utilizou o direito de resposta, o qual foi acatado pelo jornal em causa (DN de 26 de Agosto).

*Major Miguel Silva Machado, do Exército de Portugal*

*Tenente Sónia Carvalho, Exército de Portugal*